



**INSTITUTO
FEDERAL**
Amazonas



PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL
Do Amazonas

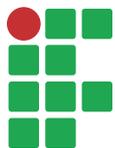
EXTENSÃO NO
INSTITUTO FEDERAL
DO AMAZONAS:

PIBEX E AS CONTRIBUIÇÕES FORMATIVAS

EXTENTION AT
FEDERAL INSTITUTE OF AMAZONAS:
PIBEX AND THE FORMATIVE CONTRIBUTIONS

Autores:
Aline Neves Peres
Paulo Henrique Rocha Aride

2020



**INSTITUTO
FEDERAL**
Amazonas



PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL
Do Amazonas

Autores:

Aline Neves Peres
Paulo Henrique Rocha Aride

Capa e Projeto Gráfico:

Andre Wilson Archer Pinto Salgado

EXTENSÃO NO
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS:

PIBEX E AS CONTRIBUIÇÕES FORMATIVAS

*EXTENSION AT FEDERAL INSTITUTE OF AMAZONAS:
PIBEX AND THE FORMATIVE CONTRIBUTIONS*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P437e Peres, Aline Neves.

Extensão no Instituto Federal do Amazonas: PIBEX e as contribuições formativas = Extention at Federal Institute of Amazonas: PIBEX and the formative contributions. / Aline Neves Peres, Paulo Henrique Rocha Aride. – Manaus, 2020. 38 p. : il. color.

Produto Educacional oriundo da Dissertação – Extensão na educação profissional e técnica de nível médio do Instituto Federal do Amazonas: formação humana integral e reflexo social. (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus Manaus Centro*, 2020. ISBN 978-65-88247-06-8

1. Educação profissional e tecnológica. 2. Extensão. 3. Contribuição social. I. Aride, Paulo Henrique Rocha. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas III. Título.

CDD 378.013

DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

Origem do produto: Dissertação “Extensão na Educação Profissional e Técnica de Nível Médio do Instituto Federal do Amazonas: Formação Humana Integral e Reflexo Social”
Área de Conhecimento: Ensino

Público Alvo: Professores da Educação Profissional Técnica de nível médio ou superior e demais profissionais da EPT

Categoria deste produto: Cartilha digital sobre as contribuições formativas da extensão

Finalidade: Despertar reflexões sobre as contribuições e possibilidades de desenvolver projetos de extensão junto aos alunos da educação profissional e técnica.

Organização do Produto: A cartilha está organizada em três seções. Na primeira, temos conteúdos relacionados à discussão conceitual da extensão, sua aplicação na educação profissional e técnica e as dimensões. Na segunda, abordamos o alcance da contribuição para formação humana integral e para o campo social. Finalizamos com reflexão sobre as áreas temáticas.

Disponibilidade: Irrestrita, preservando-se os direitos autorais bem como a proibição do uso comercial do produto.

Divulgação: Em formato digital

URL: <http://www2.ifam.edu.br/profept>

Idioma: Português

Cidade: Manaus

País: Brasil

Ano: 2020

RESUMO

Este é um produto educacional elaborado com base na dissertação “Extensão na Educação Profissional e Técnica de Nível Médio do Instituto Federal do Amazonas: Formação Humana Integral e Reflexo Social” do programa de mestrado em educação profissional e tecnológica – PROFEPT. Trata-se de uma cartilha em formato digital que traz informações conceituais sobre a extensão e suas formas de implementação no Instituto Federal do Amazonas, com foco no Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), e destaca sobre o aspecto da formação humana integral como princípio orientador dos Institutos Federais. O produto pertence a área de Ensino e tem como público alvo docentes. Por meio da leitura do material buscamos despertar reflexões para participação nas atividades de extensão e desenvolvimento de projetos junto aos alunos da educação profissional e técnica, com base nos aspectos contributivos presentes nessas atividades. Além de incluir reflexões sobre questões da realidade local, pesquisa e as possibilidades que emergem a partir das diferentes áreas temáticas, para a criação de novas ideias.

Palavras-chave: Contribuição Social. Extensão. Formação Humana Integral.

ABSTRACT

This is an educational product made from dissertation “Extension in Technical-Professional Education Secondary School at Federal Institute of Amazonas: Integral Human Formation and Social Reflection” of the Master's degree Programme in Technological and Professional Education – PROFEPT. This is a digital booklet that brings conceptual informations about the extension and their implementation ways at Federal Institute of Amazonas with a focus on the Program for extension scholarships (PIBEX), and emphasizes about the aspect of human formation that guides the Federal Institutes. The product belongs to the education area and has as target audience teachers. Through the reading of material we intend to build reflections to participation on the extension activities and development of projects with students from the technical-professional education based on the contributory aspects present in these activities. Besides to include reflections about local reality points, research and the possibilities that appear from the different thematic areas to the creation of new ideas.

Keywords: Social Contribution. Extension. Integral Human Formation.

APRESENTAÇÃO

Pensar em diferentes maneiras de construir saberes, adquirir experiências e ao mesmo tempo contribuir socialmente. A educação profissional e tecnológica tendo por base a formação humana integral e o trabalho como princípio educativo, encontra, dentre outros caminhos, nos projetos de extensão, possibilidade de contribuição na construção de saberes baseados na realidade local, que possa somar aos debates do ensino e aos questionamentos da pesquisa.

A extensão possui variadas formas de implementação e reflete o objetivo institucional a que faz parte. Nesse material iremos de forma objetiva destacar acerca da extensão no Instituto Federal do Amazonas, bem como o alcance contributivo para a formação dos discentes e quanto ao aspecto social, “extramuros”. Esperamos levar uma compreensão de como se realizam essas atividades, quais são as áreas abrangentes, bem como suscitar ideais para futuras atividades.

Destinamos esse material tanto para professores quanto aos demais profissionais da área da educação profissional e técnica que implementem (ou buscam implementar) atividades de extensão. Esperamos suscitar reflexão de como a prática de projetos pode fortalecer para além do seu curso, com alcance a diferentes segmentos da sociedade. Intentamos também, despertar novas discussões sobre o tema para ampliação do debate.

Aqui destacamos apenas um dos programas (PIBEX) realizados no IFAM junto aos alunos do ensino médio, e as respectivas áreas temáticas que orientam as atividades. Esperamos que o material possa despertar ideias sobre o aspecto local do estado do Amazonas e sua relação com propostas que contribuam para os sujeitos envolvidos, trazendo esses - alunos da educação tecnológica e o público externo – para troca de conhecimentos sobre sua realidade e possibilidade interventiva.

Os Autores

SUMÁRIO

Seção 1 – Sobre a extensão na Educação Profissional e Técnica

Compreendendo Extensão.....	05
A Extensão no IFAM.....	07
Dimensões: conhecendo os tipos de atividades.....	11
O Programa Institucional de Bolsas de Extensão - Pibex.....	12

Seção 2 – Contribuições Formativas

Contribuição para Formação Humana Integral.....	13
Contribuição Social.....	15

Seção 3 – Áreas Temáticas

Comunicação.....	18
Cultura.....	19
Direitos Humanos e Justiça.....	20
Educação.....	21
Meio Ambiente.....	22
Saúde.....	23
Tecnologia e Produção.....	25
Trabalho.....	27
Considerações.....	28
Sugestões de Leitura.....	29
Referências.....	30



SEÇÃO 1
SOBRE A EXTENSÃO
NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA

COMPREENDENDO EXTENSÃO

Existem diversificadas definições acerca da extensão no âmbito acadêmico, dentre as quais, podemos compreendê-la como instrumento formativo que envolve escola/universidade e a comunidade externa num processo de troca de aprendizagem.

O que entendemos por essa troca?

Diálogo e construção de conhecimento estabelecido por todos os participantes das atividades.

A partir de um intercâmbio de experiências é possível estabelecer conexão entre saberes acadêmicos e saberes populares, mantendo o aspecto de comunicação e respeito a identidade e cultura, Freire (1983).

Considerando a reflexão de Paulo Freire, o saber não deve ser pensado de modo hierárquico. Temos uma via de mão dupla de troca de saberes: estamos ensinando e aprendendo dentro de um espaço em que a interação é realizada por todos (as).

E no caso da extensão, como podemos verificar esse aspecto?

Embora planejada dentro do espaço educativo formal, é complementada com conhecimentos e realidades vivenciadas em campo externo. A instituição proponente/criadora da atividade socializa saberes e ao mesmo tempo constrói outros. Esses outros conhecimentos gerados são pertinentes para outras novas pesquisas e trabalhos futuros.

O público alvo a quem se destina a ação contribui para essa construção, ao mesmo tempo que recebe uma proposta que auxilia na sua articulação independente na sociedade.

Vejamos agora um outro conceito:

“A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade”. (FORPROEX, 2012)

COMPREENDENDO EXTENSÃO

A extensão pensada na proximidade com a realidade e seus entraves, ao estar vinculada ao ensino e a pesquisa, busca contribuição das diferentes disciplinas, de forma articulada, para socialização de saberes e intervenções por seus participantes. Somando a esse processo, a pesquisa fornece informações que poderão orientar o planejamento das atividades.

Quando você participa de uma atividade em grupo, cada participante tem seu papel e fornece uma contribuição. Cada grupo que interagimos é uma experiência nova. Cada um ali presente também traz suas experiências oriundas de outras atividades individuais e assim, em cada novo grupo que participamos vão ampliando-se as construções de conhecimentos.

Pensar na indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão, é fornecer possibilidade ao estudante em construir conhecimento por meio da experiência de participação e despertar visão mais crítica da sociedade. Conforme FORPROEX (2006), a aprendizagem nesse sentido advém dos questionamentos e reflexões realizados no diálogo interativo com o contexto externo, sendo fundamental a indissociabilidade para criar e recriar o conhecimento e implementá-lo em diferentes aspectos.

Na prática de extensão, é importante percebermos quais construções de saberes são possíveis. Quanto maior o espaço dado para participação dos envolvidos, maior o diálogo e geração de outras novas ideias, com possibilidade de estabelecer trocas numa perspectiva de intervenções frente as desigualdades sociais.

“Assim, a extensão passa a interagir com a realidade, apropriando-se do conhecimento popular e das necessidades reais da sociedade para construir um conhecimento técnico e científico voltado a soluções de problemas”. (CHADDAD, 2009, p.28)

Numa perspectiva social, para que o conhecimento tenha uma implicação macro é pertinente envolver aspectos do cenário real e a aproximação das demandas existentes. Trabalhar de forma colaborativa com vistas a atuação num campo para além do espaço acadêmico, uma vez que todos nós somos integrantes de um grupo maior: sociedade.

A EXTENSÃO NO IFAM

Os Institutos Federais são criados por meio da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, nesse sentido o Instituto Federal do Amazonas – IFAM – faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Dentre seus objetivos está a oferta da educação profissional e tecnológica em diversas modalidades, buscando integrar formação básica e técnica, qualificar profissionais para atuação em diferentes segmentos e intervenção junto as especificidades demandadas na região.

Dentre as finalidades dos Institutos Federais verificamos o caminhar na direção para o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, o estímulo à pesquisa e a implementação de novos negócios, a perspectiva do desenvolvimento de soluções técnicas por meio da educação profissional e tecnológica e o aspecto da extensão em sua amplitude de programas e acesso informativo.

“

Art.6 o: [...] II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; [...] IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; [...] VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico. (BRASIL, 2008)

”

A EXTENSÃO NO IFAM

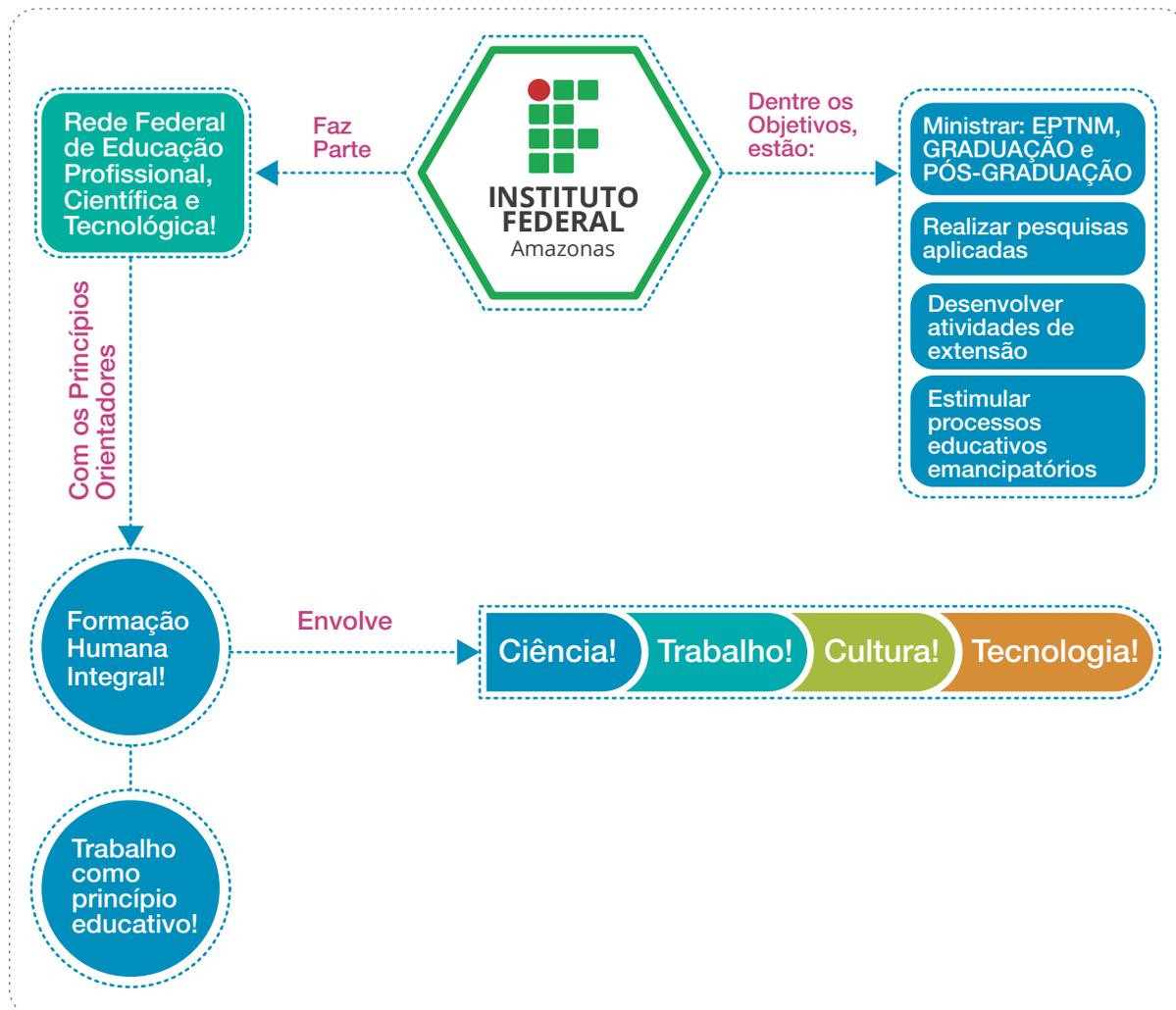


Figura 1: Educação Profissional, Científica e Tecnológica - IFAM
 Fonte: Elaboração própria, 2020

A prática de extensão corresponde a um dos objetivos dos Institutos Federais e deverá atender aos fundamentos da EPT:

“Art. 7º. [...] IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; [...]” (BRASIL, 2008)

A EXTENSÃO NO IFAM

Percebemos o compromisso em estimular práticas de pesquisa e extensão que possam ter seus resultados compartilhados junto a esfera comunitária para usufruto. Atualmente os cursos ofertados abrangem a Educação Profissional e Técnica de Nível Médio (EPTNM), graduação e pós-graduação. A extensão pode ser desenvolvida em diferentes formatos por esses cursos, atendendo a critérios específicos divulgados em edital e seguindo orientação dos princípios da educação profissional.

Trata-se de um compromisso com a formação humana, contextualizada e abrangente, envolta de saberes técnicos, mas também de valores e reflexão crítica.

Ao envolver a perspectiva de uma educação tendo o trabalho como princípio educativo e a formação humana integral (explicaremos um pouco mais a seguir) como uma de suas bases, traz uma inovação ao pensar na amplitude formativa em sua totalidade e perspectiva emancipatória.

Vejam agora, conforme Regulamento das atividades de extensão do IFAM, quanto aos objetivos dessas atividades:

Art. 3º – Constituem-se objetivos da Extensão:

- I. desenvolver atividades de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, dando ênfase à produção, ao desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- II. estimular e apoiar processos educativos que levam à geração de trabalho e renda e a emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- III. Implementar e avaliar programas, projetos e ações de relações internacionais no campo da educação, contemplando o ensino, a pesquisa e a extensão, em articulação com a Reitoria, as Pró-Reitorias e as Direções Gerais dos Campi em consonância com as metas de internacionalização da SETEC/MEC;
- IV. realizar ações voltadas preferencialmente para a população em situação de vulnerabilidade social e risco, através das ações voltadas a inclusão social, geração de oportunidades e melhorias das condições de vida;
- V. propiciar ações de formação inicial e continuada, visando à inserção do trabalhador no mundo do trabalho;
- VI. favorecer a interação do ensino e da pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular. (IFAM, 2012)

A EXTENSÃO NO IFAM

A realização das atividades de extensão está vinculada às finalidades da EPT, nesse sentido considera o trabalho como princípio educativo tendo, por meio desse, uma das bases formativas. A prática e o contato com a realidade fornecem subsídios que somam com os eixos ensino e pesquisa – demandas postas na realidade local vivenciada por diferentes segmentos, na interação de saberes acadêmicos e popular – justamente por envolverem intervenção em situações que devem considerar quem as vivencia.

Além de difusão de conhecimentos produzidos dentro de uma perspectiva democrática de acesso, o estímulo ao desenvolvimento local por meio de geração de renda e emancipação dos sujeitos envolvidos, e a questão formativa são citados seja como possibilidade de ingresso à vida profissional ou qualificação de experiências já adquiridas. Também observamos que a resolução destaca a prioridade para segmento populacional em situação de vulnerabilidade: ações na perspectiva de inclusão que envolva segmento destituídos de acessos, que oportunizem avanços no enfrentamento das problemáticas.



Figura 2: Extensão - IFAM

Fonte: Elaboração própria, a partir da lei 11.892/2008

DIMENSÕES: CONHECENDO OS TIPOS DE ATIVIDADES

A extensão tem como pressuposto a interação dialógica e transformadora com a sociedade, em articulação com o ensino e a pesquisa, contribuindo para o processo formativo do educando. Envolve necessariamente a comunidade externa. (FORPROEXT, 2015)

O Manual de Extensão do IFAM (2016) divide em dois grandes grupos as atividades: um denominado como Ações de e Extensão; e o outro como Atividades acadêmicas que envolvem outras ações de extensão.

No primeiro grupo estão atividades que diretamente envolvem um projeto ou o conjunto desses, cursos, eventos, serviços com o envolvimento de comunidade externa ao âmbito escolar. Como atividades acadêmicas que envolvem outras ações de extensão estão: o acompanhamento de egressos, as visitas técnicas e gerenciais e o estágio. Tratam-se de atividades acadêmicas que fazem uma aproximação com o mundo do trabalho, seja na perspectiva de a instituição buscar informações de qual proporção encontra-se essa inclusão (acompanhamento de egressos), quais principais campos de atuação, as possibilidades e desafios vivenciados e repensar o ensino, pesquisa e extensão. Além da aproximação com a experiência proporcionada no campo de estágio e visitas técnicas, que ofertam bases educativas dentro do próprio mundo do trabalho para o aluno, possibilitando formação próxima dessa realidade da futura atuação.

Veja na tabela abaixo os tipos de atividades e suas abrangências:

AÇÕES E ATIVIDADES DE EXTENSÃO	DEFINIÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO
Programa	Conjunto articulado de projetos;	Envolve participação de discentes; Preferência por caráter multidisciplinar de pesquisa e ensino;
Projeto	Atividades contínuas; Prazo determinado;	Envolve participação de discentes; Pode ser independente ou vinculado a um programa;
Curso	Ações pedagógicas; Visa desenvolvimento e aperfeiçoamento; Atendimento a necessidades sociais;	Teórico e prático; Presencial o à distância; Variantes na carga horária: Cursos livres; Cursos de Formação Inicial e Continuada;
Evento	Apresentação pública; Envolvimento da comunidade externa;	Congresso; Seminário; Ciclo de debates; Jornada; Semana; Mostra de extensão; Palestra; Conferência; Workshop; Festival; Teleconferência; Outros.
Prestação de serviços	Atividades com respostas a demandas específicas.	Consultorias, laudos técnicos e assessoria.
Produção e publicação	As atividades realizadas e o que for produzido por meio dessas, poderão ser divulgadas.	Vídeos, cartilhas, capítulo de livros, páginas na internet e outros.

Quadro 1: Ações e atividades de extensão/IFAM
Fonte: Elaboração própria, a partir do Manual de Extensão IFAM (2016)

O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE EXTENSÃO - PIBEX

Por meio de editais de chamadas divulgados pelo instituto, temos no Pibex atividade que busca articular ensino, pesquisa e extensão e devem ser propostas ideias seguindo orientações e critérios específicos dos editais, como disponibilidade de horário, comprometimento em cumprir carga horária e emissão de relatórios informando sobre andamento das atividades e outros.

“

Art. 3º - O Programa Institucional de Bolsas de Extensão constitui-se por editais de chamada de extensão e desenvolvimento tecnológico, com a submissão de propostas na forma de projetos, que de acordo com o Plano Nacional de Extensão é entendido como “ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico a curto e médio prazo”. § 1º - Os projetos de extensão serão desenvolvidos em conformidade com o que determinar os editais de chamada priorizando as áreas temáticas de extensão e suas respectivas subáreas/linhas. § 2º - As propostas deverão obedecer às diretrizes de natureza acadêmica relacionadas às realidades social, ambiental e econômica da região amazônica. § 3º - A equipe responsável pela execução do projeto poderá ser composta por servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes da unidade acadêmica originária das propostas. [...] (IFAM, 2015).

”

As atividades deverão ser desenvolvidas atendendo a uma das áreas temáticas da extensão, abrangem os cursos tanto de ensino médio, como superior. Busca contribuir na formação do aluno, aproximá-lo da sociedade por meio da interação estabelecida. Serão disponibilizados recursos financeiros para auxiliar no desenvolvimento dos projetos, após serem aprovados em seleção divulgada



SEÇÃO 2
CONTRIBUIÇÕES FORMATIVAS

CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL

Pensar uma formação na perspectiva humana integral envolve associação das dimensões essenciais da vida, para que se contemple a totalidade do indivíduo, trabalhando saberes necessários e ampliando sua possibilidade participativa. Ciavatta e Ramos (2011) em suas reflexões destacam a amplitude do ensino médio integrado. Não se limita a uma junção de educação básica com profissional, deve ser pensado em como são conduzidas essas modalidades. As autoras sinalizam o trabalho, a ciência e a cultura como dimensões que devem ser integradas dentro do processo formativo.

Trata-se de buscar uma formação completa, que ao identificar o trabalho, não o reduz a prática mercadológica, mas na compreensão da dinâmica societária, aproximação com a realidade e capacidade em intervir nessa. Dentro dessa proposta formativa, o ensino pesquisa e extensão ao estarem articulados podem suscitar uma articulação da teoria e da prática na realidade que o educando, que ao sair da escola, possa ter atuação autônoma e contribuir para mudanças em diferentes campos, com interesses despertados ainda na etapa escolar. A curiosidade, busca por informações e reflexões de como pode colaborar com conhecimento frente a problemáticas coletivas, são uma das formas que encontramos materializadas como benefícios advindos da prática de extensão para formação humana integral.

Ciência representada pelos conhecimentos produzidos.

Trabalho, mediação na natureza para atendimento de necessidades coletivas

“[...] a concepção de educação profissional e tecnológica que deve orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão nos Institutos Federais baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, [...] no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual. (PACHECO, 2010, p. 15)

A autonomia do aluno (a) ao ter oportunidade de assumir diferentes papéis em uma atividade prática, desenvolvimento de habilidades que envolvem desde sua postura na questão de aperfeiçoamento e aquisição de habilidades, reconhecimento de valores por meio de temas e grupos, e incluem também sua percepção em relação ao mundo. Ter acesso a diferentes desenvolvimento de práticas culturais, costumes representados pela prática educativa, do trabalho e outros.

Cultura como modo de vida contido pelas representações e comportamentos.

CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL

O questionar de seu papel enquanto profissional e cidadão (ã), desenvolvimento de produtos, ideias e serviços. Além de proporcionar possibilidade de desenvolvimento de atividades interdisciplinares, desencadeando compreensão e fortalecimento do que significam diferentes componentes curriculares estudados e como aplicá-los.

“[...] A tecnologia é o elemento transversal presente no ensino, na pesquisa e na extensão, configurando-se como uma dimensão que ultrapassa os limites das simples aplicações técnicas e amplia-se aos aspectos socioeconômicos e culturais”.
(PACHECO, 2010, p. 20)

Tecnologia como mediadora entre ciência e produção.

Trata-se de uma formação contextualizada, situando teoria e prática e sua relação.

Ao trabalhar a extensão como um princípio de aprendizagem, dentre as formas de manifestação da aquisição de saberes, Síveres (2008), aponta a compreensão política, a reflexão significativa e a ação aprendente. A compreensão política por meio do despertar da consciência de problemas e suas possibilidades de superação a partir da inserção e interação em diferentes ambientes. Essa atribuição de novos ambientes também direciona para a reflexão significativa, realizada no momento da interlocução realidade sociocultural e realidade acadêmica, com maior abrangência atribuída no contexto da educação. No que concerne à ação aprendente, verificamos a troca de conhecimentos da comunidade acadêmica e público externo, do contato com a realidade.

A educação compreendida pela questão da formação integral, pode possibilitar interação com fenômenos sociais. Dentro das diferentes atribuições relacionadas a extensão, sendo como apoio a políticas públicas, prestação de serviços, ações comunitárias, difusão cultural e outros, acrescenta-se a questão aprendente na missão extensionista – momento em que essa junto ao ensino e pesquisa pode contribuir na aprendizagem significativa, Síveres (2008).

Nesse sentido, o reflexo do aprendizado adquirido incidirá ao longo de sua vivência em sociedade, analisar, expor ideias, buscar soluções, ter iniciativa, investigar e assumir compromisso ético, daí a importância da proximidade com a prática em seus diferenciados contextos subsidiados pelo diálogo em cenário com problemáticas reais.

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Conforme vimos anteriormente nos objetivos dos Institutos Federais, a produção científica está voltada para além da comunidade acadêmica. O desenvolvimento de soluções técnicas que possam ter alcance contributivo para sociedade e apoio aos processos educativos que levem à emancipação do cidadão são um dos compromissos. Nesse sentido, as atividades de extensão em seus diferentes formatos contribuem para o desenvolvimento local e regional seja na democratização do conhecimento, ou inovações tecnológicas e serviços que somam para qualidade de vida.

Primeiramente ao realizar atividades numa perspectiva dialógica, já temos uma primeira contribuição social ao formar profissionais para atuação em compromisso coletivo – com conhecimento da dinamicidade presente na sociedade e as práticas desenvolvidas por variados grupos – com intervenções nos variados âmbitos em sociedade e aplicação de conhecimentos representados pelo trabalho e participação cidadã.

Temos ainda o direcionamento de ações específicas para setores externos, no fomento de criações ou desenvolvimento de ações locais. Numa perspectiva de inclusão e permanência de participação de setores majoritariamente e historicamente excluídos do acesso e do processo de modernização do país.

Na reflexão da educação profissional e tecnológica enquanto política pública, sua atuação está em consonância com direitos sociais e interesses coletivos, superação de desigualdades e estabelecimento de parcerias para além da educação – envolvendo outros campos, que também busquem por modificações societárias. “[...] Afirma-se, pois, a educação profissional e tecnológica como política pública, não somente pela fonte de financiamento de sua manutenção, mas principalmente por seu compromisso com o todo social [...]” (PACHECO, 2010, p. 15)

A oferta de capacitação profissional contempla público ingressante no mundo do trabalho e aqueles que necessitam aprimorar experiências já adquiridas (a exemplo dos cursos de formação inicial e continuada). As atividades de extensão desenvolvidas na Rede de Educação Profissional e Tecnológica podem ter um direcionamento que atendam demandas na sociedade, cooperando no crescimento econômico, social e cultural. Com exemplo, temos a promoção de arranjos produtivos; o incentivo e a integração de programas e espaços voltados ao empreendedorismo, associativismo e cooperativismo; empresas juniores; implementação de incubadoras sociais; apoio ao desenvolvimento de produtos culturais; e desenvolvimento de atividades esportivas de lazer e saúde. (CONIF, 2013)

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

“Como eixo orientador de suas atividades intrínsecas, a extensão deve atuar sobre os problemas suscitados não apenas pelas necessidades econômicas, mas, também, sociais, ambientais e culturais, considerando as singularidades de cada região. Nesse sentido, remete à Rede Federal seu protagonismo em prol da sustentabilidade”. (CONIF, 2013, p.22)

Vale destacar, que a comunidade acadêmica ao fazer parte da implementação das atividades de extensão, tem um fortalecimento da sua formação para atuação futura em sociedade. O conhecimento é construído para estimular capacidade interventiva em cenário real, com compromisso e amplitude de alcance diversificada.

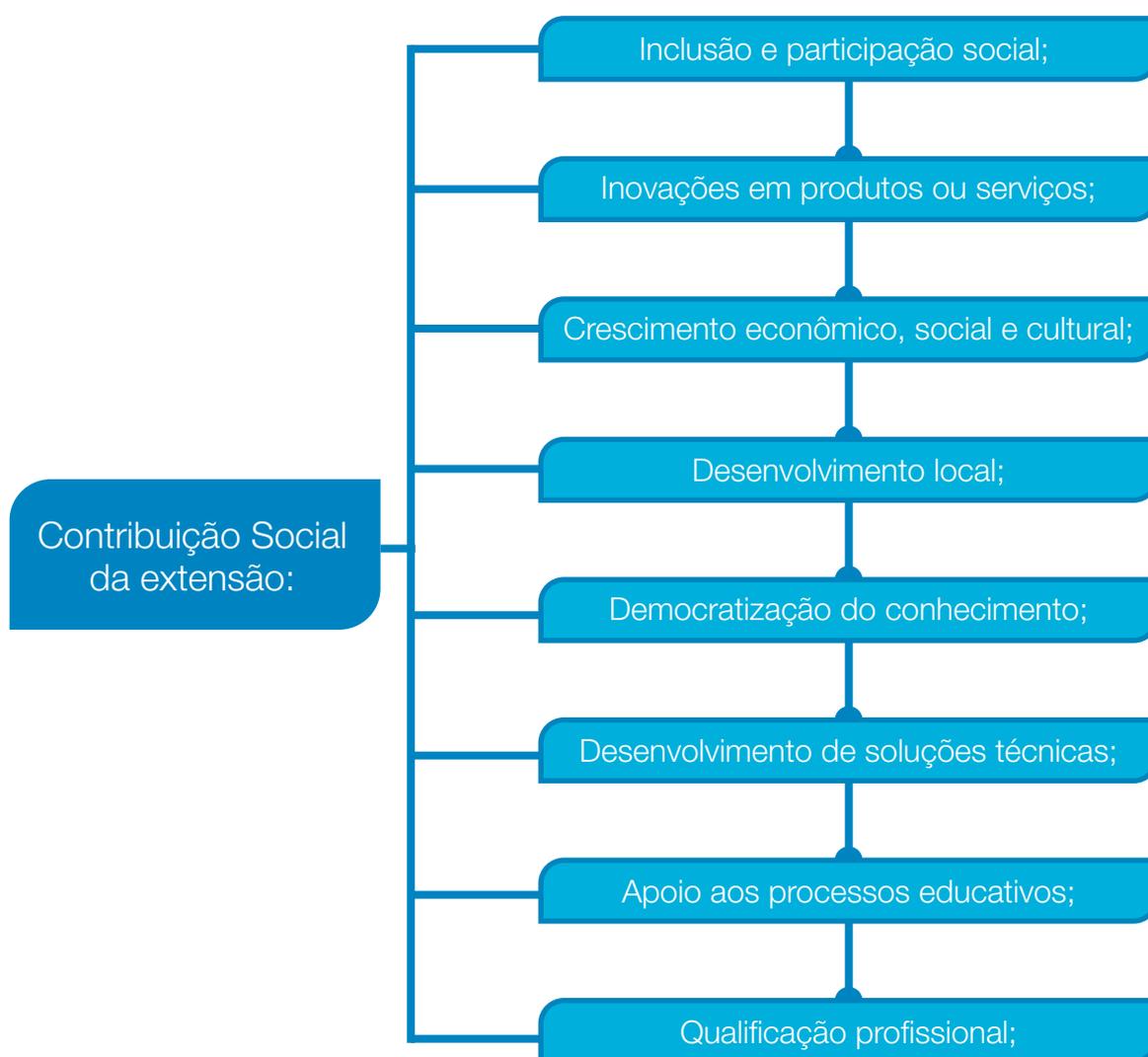


Figura 3: Algumas Contribuições Sociais
Fonte: Elaboração própria, 2020.



SEÇÃO 3
ÁREAS TEMÁTICAS

ÁREAS TEMÁTICAS

O IFAM segue as orientações do Plano Nacional de Extensão quanto à classificação das ações de extensão segundo uma das áreas temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho.

Esse formato de organização objetiva uma melhor classificação dos temas para fins de estudos, levantamento de dados e relatórios do que foi produzido além de melhor articulação de grupos e seus trabalhos afins. (FORPROEX, 2007)

Vale destacar que uma atividade proposta pode estar interligada a uma ou mais áreas, devendo verificar qual delas se sobressai ou é mais próxima. Nesse sentido, as propostas de atividades ao serem submetidas pela comunidade acadêmica do IFAM, devem sinalizar a qual área pertencem como principal e opcionalmente área secundária.

Aqui reforçamos que as práticas de extensão não substituem políticas públicas e nem se limitam em prestação de serviços. A dimensão de troca de saberes entre os participantes e contribuição para formação serão as bases na interlocução. Considerar como o ensino e a pesquisa em conjunto com a extensão além de subsidiar processo formativo, contemplam para além dos muros escolares.

Faremos uma breve descrição das áreas, no intuito de fomentar reflexões de como podem ser inseridas no contexto interdisciplinar, ou ainda, como podem ser trabalhadas em variados contextos da realidade amazonense. (A presente cartilha não visa dar respostas, mas dar uma base de alguns conceitos para que se reflita e discutam ideias posteriormente). Indicaremos somente alguns conceitos e breves exemplos, sendo livre a imaginação e inspiração.



Figura 4: Áreas Temáticas
Fonte: Elaboração própria, 2020

COMUNICAÇÃO

Ao falarmos em comunicação devemos nos situar que, trata-se de um conceito amplo, podendo incorporar diferentes funções muitas vezes de acordo com o espaço e contexto realizado. Transmitir informação, símbolos, troca de ideias, como disciplina/ciência, outros. (MARTINO,2008, apud SANTOS, 2011)

Podemos sintetizar que a comunicação enquanto área temática contempla atividades com formatos voltados para difusão de informações, por meio de diferentes meios de comunicação, seja escrito, oral, linguagem verbal e não-verbal, recursos eletrônicos, outros.

Comunicação Social; Mídia Comunitária; Comunicação Escrita e Eletrônica; Produção e Difusão de Material Educativo; Televisão Universitária; Rádio Universitária; Capacitação e Qualificação de Recursos Humanos e de Gestores de Políticas Públicas de Comunicação Social; Cooperação Interinstitucional e Cooperação Internacional na área; Comunicação e Educação Popular (FORPROEX, 2007).

Aqui podemos lembrar de alguns recursos que pertencem a esse conceito. O uso de mídias como ferramentas para produção de conteúdo interdisciplinar, criação de conteúdos em vídeos, Podcast, Fanpages, ou adoção de novos modos de informar por meio de blogs, ilustrações, aplicativos, rádios ou televisões comunitárias, onde o diferencial está no processo comunicativo em foco.

Não esquecendo que os meios comunicativos são espaços privilegiados para dar visibilidade a diferentes práticas que podem fortalecer processo educativo, do trabalho, cultura, outros. Além de fornecer possibilidade de participação para diferentes setores da sociedade.

Você sabia?

A era do Rádio no Amazonas data da década de 20, com a chamada “Voz de Manaós”. A transmissão da emissora levava informações para os municípios do estado, como cotações de produtos, horário de saída e chegada de embarcações e outros. Um pouco mais tarde, popularizaram-se os alto-falantes, suprindo necessidades de quem não tinha os aparelhos em casa. Na contemporaneidade, para algumas comunidades do interior do estado que não receberam ainda grande desenvolvimento tecnológico, o alto-falante ainda é grande fonte de comunicação, Oliveira (2017).

CULTURA

As atividades pertencentes a essa área temática podem envolver divulgação e resgate de aspectos culturais em suas diferentes manifestações. Em sua amplitude, a cultura pode ser vislumbrada em atividades de subsistência, culinária, artísticas ou mesmo costumes e tradições transmitidos.

“Região em que se localiza o Estado do Amazonas, a Amazônia comporta uma diversidade cultural surpreendente até mesmo para seus próprios habitantes, decorrente, sobretudo, de sua formação étnica, em que o elemento indígena foi aos poucos absorvendo as influências africanas e europeias [...]”. (Governo do Estado do Amazonas)

Você sabia?

“O patrimônio cultural imaterial do Amazonas é indissociável da presença indígena em toda a Amazônia, sendo que o Estado concentra a maior população do País: são mais de 120 mil pessoas de 66 etnias, que desenvolveram 29 línguas distintas”. (Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

“O referencial cultural amazonense também se manifesta no artesanato, em que matérias-primas extraídas de maneira sustentável da Floresta Amazônica são transformadas em objetos utilitários e decorativos, como as cestas de fibra de arumã do alto rio Negro, e de uso pessoal, como os anéis, pulseiras e colares confeccionados com sementes de jarina”. (Fonte: Secretaria de Cultura do Amazonas)

O aspecto cultural no estado do Amazonas possui algumas representações específicas que podem ser trabalhadas junto às atividades de extensão seja em meio de oficinas para valorização de determinadas práticas, parceria com outros projetos em desenvolvimento na sociedade, registro e divulgações seja de memória social ou patrimônios históricos.

Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 216: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Além de destacar aspectos identitários peculiares da região norte, temos possibilidade de incentivar atividades que incentivem desenvolvimento turístico. Podemos incluir também nessa área temática as produções de dança, música, artes (e suas variações), cinema, fotografia, teatro, grupos de estudos de saberes tradicionais, conservação e restauração de bens culturais, outros.

DIREITOS HUMANOS

A área temática direitos humanos passou a integrar as ações de extensão no interior das universidades públicas, que acompanhavam o cenário de lutas sociais e demandavam formação política para o exercício da cidadania de acordo com a realidade local e engajamento da própria universidade, (ZENAIDE, 2002).

Falar em direitos humanos envolve uma amplitude de outros subtemas. Aqui podemos visualizar, por exemplo, a própria questão da cultura e comunicação (trabalhadas anteriormente) e das demais áreas temáticas. Entretanto, o enfoque aqui está no debate para promoção do acesso, proteção e fortalecimento de direitos, contando com saberes de diferentes áreas, para interesses coletivos. Podemos pensar ainda, além do conhecimento e debate dos direitos, propiciar início de grupos representativos para articulação em sociedade. Lembrando que o debate dos direitos também envolve o debate dos deveres.

Importante destacar a possibilidade de parcerias com outros grupos presentes na sociedade para oferta de orientações ou construção de material informativo.

“As ações de extensão em direitos humanos constituem um amplo leque de ações que vão desde as ações de assistência jurídica, de formação política, de educação para a cidadania, de cultura, de assistência sócio-psicológica, às de documentação e memória”. (ZENAIDE, 2002, p.2).

Trazer como prioridade ações que envolvam direitos humanos das crianças e dos adolescentes, idosos, PCD's, meio ambiente, cidadania, questão agrária e direitos de grupos sociais em geral. Atividades que fomentem participação de diferentes setores, grupos de articulação representativa, rodas de conversas, discussão de temas atuais, entre outros. Lembre-se: conhecimento dos direitos é o primeiro passo para reivindicá-los.

Tem alguma ideia que possa contribuir para algum setor específico? Conhece algum trabalho que está sendo desenvolvido e que pode ser somado ao grupo escolar?

Você sabia?

No Amazonas a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC) coordena e executa a Política Nacional de Direitos Humanos. As ações são desenvolvidas nas áreas: Criança, adolescente, idoso, mulheres, diversidade e gênero, promoção da igualdade racial, migração, refúgio, trabalho escravo e tráfico de pessoas, política sobre drogas; atendimento socioeducativo a adolescentes em conflito com a lei privados de liberdade, população em situação de rua, cidadania e direitos do consumidor. (Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Amazonas)

EDUCAÇÃO

Partindo do conceito presente na Lei de diretrizes e bases da educação, a educação abrange para além do espaço escolar:

“Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. (BRASIL, 1996)

Sendo compreendida em diferentes implementações, nessa área temática temos também um alcance de diversos formatos e segmentos:

Educação Básica; Educação e Cidadania; Educação Popular; Educação à Distância; Educação Continuada; Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial; Educação Infantil; Ensino Fundamental; Ensino Médio; Ensino Superior; Incentivo à Leitura; Capacitação e Qualificação de Recursos Humanos e de Gestores de Políticas Públicas de Educação; Cooperação Interinstitucional e Internacional na área de Educação; Movimentos Sociais e Educação; Currículo (FORPROEX, 2007)

Quais ferramentas podem ser utilizadas para educação? Qual tipo de educação pode estar definida minha atividade?

São variadas as possibilidades e metodologias (construção o aprimoramento de espaços educativos, incentivo à leitura, trabalhar apresentações, produção de materiais didáticos, livros, manuais ou cursos, jogos, parceria entre escolas, outros) recurso tecnológicos e temas (ambiental, qualificação para o trabalho, saúde, outros).

Assim como nas demais áreas, na educação temos a interdisciplinaridade como oportunidade para complementar diferentes saberes, contribuindo na formação dos sujeitos envolvidos, além de fornecer amplitude de ações seja em espaços formais ou não-formais.

Você sabia?

O Estado do Amazonas possui diversos espaços para educação não-formal. Como exemplo, podemos citar o Museu do Seringal Vila Paraíso, localizado na boca do Igarapé São João, afluente do Igarapé do Tarumã-Mirim (Zona rural da cidade de Manaus). “O espaço reproduz um seringal do final do século XIX e início do século XX, época do ciclo da borracha e período de grande ascensão econômica do Amazonas”. (Fonte: Portal Secretaria de Cultura do Amazonas)

“O Museu do Seringal Vila Paraíso possui potencialidades para trabalhar o ensino de ciências, pois, possibilita problematização de questões do próprio cotidiano do estudante, assim como fazer uma retrospectiva na história da região Amazônica com o viés das ciências naturais”. (SILVA et al., 2018, p. 187)

MEIO AMBIENTE

Primeiramente, temos no termo meio ambiente amplo significado que pode ser utilizado para representar um espaço e as transformações nele existentes. “Ainda, pode-se caracterizar o meio ambiente quanto ao seu aspecto natural, artificial, cultural e do trabalho. Entendemos que essa classificação possui uma finalidade didática para demonstrar a abrangência do meio ambiente, visto que por definição ele é unitário”. (KRZYSCZAK, 2016, p.6)

Temos o meio ambiente em seu aspecto natural, como as árvores, solo, fauna e cachoeiras, e em seu formato já transformado pelo homem, a exemplo os espaços construídos e organizados. Sabemos que esse tema traz outros conceitos que merecem nossa reflexão, como a conservação, sustentabilidade, preservação, recuperação e educação ambiental.

Nesse sentido, como uma das áreas temáticas da extensão, temos oportunidade em fortalecer reflexões sobre as diferentes materializações do meio ambiente e a influência em nosso cotidiano. Trabalhar a questão da pesquisa sobre os recursos, as problemáticas em âmbito local, capacitação de profissionais, reutilização, as variadas possibilidades de intervenção e desenvolver novos saberes.

Algumas ações de extensão realizadas nessa área, envolvem atuação na capital ou nos municípios amazonenses e as comunidades ribeirinhas. O estudo de espécies, ideias sustentáveis para bairros, escolas e demais setores da sociedade, jogos, oficinas, gestão de recursos e outros. Assim como é vasto o tema, são vastas as possibilidades de trabalharmos e contribuirmos junto a esse.

Você sabia?

“De janeiro a dezembro de 2019 foram realizadas 1.924 ações de limpeza em 158 igarapés, córregos, orlas, praias de Manaus, o que resultaram em uma quantidade coletada de 11.340 toneladas de resíduos”. (Dados da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana)

Historicamente no decorrer do desenvolvimento e ocupação da cidade de Manaus, obras de escavações e aterros de *igarapés da cidade para construção de obras, além do aumento de habitantes com a implantação do Polo Industrial, grande contingente populacional iniciou processo de ocupação as margens dos igarapés. Foram sendo esquecidos ao longo dos anos e atualmente são considerados impróprios para diversos usos, recebem função de drenagem de águas pluviais. Além disso, acabam sendo tratados como esgotos a céu aberto. Devido essa falta de planejamento, problemas ambientais são recorrentes na cidade, que até 2017 estava como quinta cidade com pior índice de saneamento, (JUNIOR, 2018).

*[Brasil: Amazônia] Estreito ou pequeno canal natural entre duas ilhas, ou entre uma ilha e a terra firme, que só dá passagem a embarcações pequenas. (Fonte: Dicionário online de Português)

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades”. Nesse sentido, essa é uma área que envolve aspectos que contribuam para o bem estar de um indivíduo em diferentes aspectos, envolve tratamento ou prevenção de doenças, mas também alcança outras intervenções que afetam corpo e mente.

A lei que regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS) cita alguns dos fatores determinantes e condicionantes para a saúde: “Art. 3º [...] a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais”. (BRASIL, 1990)

Cabe refletirmos, como podemos pensar melhorias para o bem-estar? E para quais segmento poderá ser direcionada nossa contribuição?

“Promoção da saúde é uma estratégia que envolve articulação entre diferentes setores, atores e áreas do conhecimento em torno das condições sociais que contribuem ou dificultam para as pessoas o acesso à saúde, à qualidade de vida e aos determinantes sociais da saúde.” (MEC, p.10)

Ações dentro dessa área temática podem contribuir para saúde da criança, saúde da pessoa com deficiência, saúde da pessoa idosa, saúde do adolescente e do jovem, saúde do homem, saúde da mulher, saúde mental, dentre outros.

Vale destacar, o esporte e lazer que são também promotores de saúde e podem ser trabalhados. “[...] o esporte de participação/lazer caracteriza-se por se desenvolver pela livre escolha do sujeito, compreendendo as modalidades esportivas praticadas com finalidade de integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e da educação e preservação do meio ambiente.” (MEC, p.09)

Os cuidados com a saúde envolvem ainda ações que orientem aos riscos e prejuízos quanto ao uso de determinadas substâncias, como exemplo o uso e dependência do álcool e outras drogas. “[...] a escola, quando desenvolve atividades de promoção à saúde e esclarecimento sobre os malefícios do uso de drogas, exerce papel significativo como fator de proteção”. (MEC, p.35)

Competições, orientação nutricional, acessibilidade, educação sexual, qualidade de alimentos e águas, prevenção de doenças, uso de tecnologias para promoção de saúde, cuidados e orientação acerca das condições e segurança de trabalho. São muitas as possibilidades né? Isso ocorre justamente por ser um tema tão amplo e ao mesmo tempo tão recorrente em nosso cotidiano.

Podemos refletir então: Conheço algum grupo que utiliza certo cuidado específico com saúde que pode ser aprimorado ou divulgado? Ou ainda: Algum grupo que precise de orientação para melhorias nos cuidados preventivos? Quais recursos de nossa região podem ser utilizados nesses cuidados?

Você sabia?

“O termo “ribeirinho” refere-se àquele que anda pelos rios. O rio constitui a base de sobrevivência dos ribeirinhos, fonte de alimento e via de transporte, graças, sobretudo às terras mais férteis de suas margens” (MENDONÇA, et al., 2011 p.94).

As comunidades ribeirinhas ficam localizadas em áreas distantes e na maioria dos casos dependem do transporte fluvial e poucos por via terrestre. No estudo realizado por Ramos (2018) verificamos acerca dos conhecimentos tradicionais utilizados por essas comunidades em que, a falta de acesso a muitos serviços, como o de saúde, faz com que os conhecimentos em plantas medicinais ganhe relevância no seu modo de intervenção. Os conhecimentos tradicionais além de contribuírem nos cuidados com a saúde, colaboram na preservação do meio ambiente. O autor sinaliza a importância quando ao realizar estudos ou projetos nessa área, atribuir orientação aos comunitários quanto a valorização e proteção dos conhecimentos desenvolvidos por essas comunidades.

Incluem-se na medicina tradicional o benzimento e a simpatia, que pode utilizar ou não plantas, estando mais relacionado a fé das pessoas, utilizados no tratamento de doenças consideradas espirituais ou de causas não-naturais (Silva, et al., 2011).

TECNOLOGIA E PRODUÇÃO

Tecnologia e Produção podem estar associadas a questão de inovação em produtos e serviços, empreendedorismo ou em criações diversas.

É importante refletirmos: Como uma ideia tecnológica pode beneficiar determinado grupo? Como desenvolver um tema em formato tecnológico que possa intervir em um problema local?

Na busca de melhor qualidade de vida e atendimentos de necessidades, os diversos grupos sociais encontram na tecnologia e inovação suas principais ferramentas, que são incorporadas e influências de acordo com o contexto cronológico e de espaço geográfico na definição das prioridades. (GUTIERREZ, et al., 2017).

Vejamos primeiramente, a questão da tecnologia pode ser materializada em diferentes formatos, portanto em nosso dia-a-dia estamos sempre a vivenciando e essa pode ser utilizada para benefícios e intervenção em algumas barreiras. Na área da educação, por exemplo, a produção de games ou aplicativos pode ser um mecanismo para diferentes metodologias de ensino, alfabetização, ou formatos de inclusão.

“A popularização das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs) recria as experiências na sociedade, proporcionando diferentes práticas sociais e meios de comunicação. As mídias digitais, principalmente a Internet, deixam de ser exclusivas do computador desktop e passam a ocupar outros espaços, como ruas, praças, bancos, restaurantes etc. [...]” (VILAÇA e ARAÚJO, 2016, p.17)

Podemos pensar ainda no contexto de desenvolvimento sustentável, quando são produzidas ferramentas para reaproveitamento, produção de alimentos, tratamento de águas e outras melhorias em nossa cidade. Podemos pensar formas de melhorias em processos produtivos já existentes, aprimorando o alcance de resultados.

Dentro desse campo também estão as chamadas tecnologias sociais, que possuem especificidade em envolver grupos e saberes populares no seu processo de elaboração e implementação de técnicas e ferramentas para melhorias de condições de vida e da inclusão social.

TECNOLOGIA E PRODUÇÃO

“As tecnologias sociais são importantes ferramentas desenvolvidas a partir do conhecimento popular e de problemas locais, construídas junto da população, baseadas na criatividade e na disponibilidade de recursos da localidade [...] são baratas, de fácil reaplicação e podem ser adaptadas a novas realidades de acordo com as necessidades ou recursos disponíveis”. (SEBRAE, 2017)

Você sabia?

O tipiti é um tipo de tecnologia herdada pelos indígenas. “Na região amazônica a mandioca brava (*Manihot esculenta* ranz) é venenosa e passou por um processo de domesticação pelas populações indígenas até se tornar própria para o consumo” (FREITAS, 2019).

O tipiti (uma espécie de prensa ou espremedor de palha) foi um dos utensílios criados para secagem da massa de mandioca para produção de farinha pelos povos tradicionais da Amazônia.

“O tipiti é um cilindro de aproximadamente dois metros de comprimento cujas extremidades são reforçadas. Em um dos lados é colocada a massa de mandioca, prensada pelo objeto para extração do líquido – no caso da mandioca brava, um caldo amarelado e letal para o ser humano. [...] A massa seca resultado do processo de extração é, então, transformada em farinha (FREITAS, 2019)” Após passar por outros processos, esse líquido muitas vezes é utilizado na elaboração do caldo do tucupi (ingrediente presente em alguns pratos do norte do País).

TRABALHO

“Trabalhar significa criar utilidades para a satisfação das necessidades humanas, isto é, produzir bens – coisas materiais – ou prestar serviços, realizar uma atividade cujo resultado permita a satisfação de uma necessidade humana, sem que esse resultado assuma a forma de um bem material, como o serviço prestado por uma orquestra sinfônica, pelo professor, advogado médico etc”. (LAZZARESCHI, 2009, p.7)

Encontramos a realização do trabalho presente em diversas atividades em nossa sociedade seja individual ou em grupo, perpassando atendimento desde necessidades básicas coletivas e até mesmo atendimento de interesses específicos. Seus segmentos e formas de apresentação são amplos, no qual podemos citar orientações e desenvolvimento de carreiras profissionais, a perspectiva de inclusão no mercado de trabalho, qualificações para atuação no mercado formal ou informal.

“Trabalho Reforma Agrária e Trabalho Rural; Trabalho e inclusão social; Capacitação e Qualificação de Recursos Humanos e de Gestores de Políticas Públicas do Trabalho; Cooperação Interinstitucional e Cooperação Internacional na área; Educação Profissional; Organizações Populares para o Trabalho; Cooperativas Populares; Cooperativas em Geral; Questão Agrária; Saúde e Segurança no Trabalho; Trabalho Infantil; Turismo e oportunidades de trabalho; Gestão de Negócios Públicos e Privados” (FORPROEX, 2007).

Importante incluir em nossa reflexão, como um determinado desenvolvimento ou categoria de trabalho podem contribuir para meu curso? Ou mesmo, como meu curso em andamento (ou minha ideia) pode beneficiar na criação de uma atividade que gere renda? Como pensar no desenvolvimento da qualidade do trabalho? Temos ainda a questão de orientação para regulamentação de atividades, levar conhecimento de determinadas práticas como também criar melhorias para essas, noções de economia e comércio, planejamento de carreira, trabalho na produção cultural, desenvolvimento ou aprimoramento de técnicas de trabalho, outros.

Você sabia?

A precarização no mundo do trabalho reflete em distintas formas de atividades seja em meio formal ou informal, para aquisição de meios de subsistência. Muitos trabalhadores estão sujeitos a precárias condições de trabalho, seja no desenvolvimento das atividades ou no respaldo legal. “O estado do Amazonas está entre as três unidades da federação com as maiores taxas de trabalho informal de 2019 e também na média anual” (Portal BNC, 2020).

O estudo de Gomes e Scherer (2011) traz a discussão da figura do trabalhador carregador de bagagens no porto de Manaus, uma das atividades informais realizadas historicamente fazendo parte do memorial da cidade, porém um tanto esquecida. Trata-se de uma atividade com longa e precária jornada de trabalho que convive com a inexistência de infraestrutura do local.

CONSIDERAÇÕES

Pensar a realidade local em que serão exercidos os projetos de extensão, é pensar nas especificidades da região a que pertencem seus sujeitos. É relevante o planejamento de propostas que busquem articulação com a pesquisa e ensino para desenvolvimento de ações práticas, por meio da extensão, que correspondam a demandas reais.

Esperamos que as atividades desenvolvidas continuem engajando diferentes públicos, fortalecendo o aspecto formativo de diferentes grupos, seja ele interno ou externo da EPT.

Importante também, nesse processo, a criação de atividades que valorizem a atuação dos envolvidos e a própria aproximação desses na elaboração de novas ideias, caminhos de intervenção e geração de reflexões.

As formas de contribuição e construção de conhecimentos podem ser trabalhados a partir das experiências proporcionadas, além do contato possibilitado seja em formas de trabalho, educação, tecnologias, cultura e outros — Ampliando o alcance participativo.

SUGESTÕES DE LEITURAS

BRASIL/MEC/SETEC. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Técnico: Documento Base. Brasília: 2007.

IFAM - Manual de Extensão. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, IFAM. Manaus: 2016

MENEZES, Ana Luisa Teixeira de; SÍVERES, Luiz (Org.). Transcendendo fronteiras [recurso eletrônico]: a contribuição da extensão das instituições comunitárias de ensino superior (ICES). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

PACHECO, Eliezer (Org.). Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio: proposta de diretrizes curriculares nacionais. São Paulo: Moderna, 2012.

NEXUS - Revista de extensão do IFAM

Disponível em:

<http://nexus.ifam.edu.br/nexus/index.php/Nexus>

REFERÊNCIAS

- AMAZONAS, Governo do Estado. O Amazonas: Cultura. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br> Acesso em: 06 Maio 2020
- BNC. Na queda do desemprego, Amazonas entre recordistas da informalidade. Brasil Norte Comunicação. Disponível em: https://bnca.mazonas.com.br/ta_na_midia/queda-desemprego-amazonasinformalida de Acesso em: 06 Maio 2020
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.
- BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF, 19 set. 1990a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm Acesso em: 19 mar 2020.
- BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso 10 Jan 2020.
- BRASIL. Lei 11. 892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm Acesso em: 14 Jan 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Esporte e lazer. Série cadernos pedagógicos, MEC. Disponível em: http://educacaointegral.mec.gov.br/images/pdf/pme/esporte_lazer.pdf Acesso em: 18 Abr 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Promoção da saúde. Série cadernos pedagógicos, MEC. Disponível em: http://educacaointegral.mec.gov.br/images/pdf/pme/promocao_saude.pdf Acesso em: 18 Abr 2020.
- CHADDAD, Maria de Fátima Mendes de Souza. Educação Superior e Pertinência Social: um estudo sobre o curso de extensão a distância na UNIR. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Porto Velho.
- ClAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. Revista Retratos da Escola, Brasília, DF, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011.
- CONIF - Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação profissional e Tecnológica. Extensão Tecnológica - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cuiabá (MT): CONIF/IFMT, 2013
- FREITAS, Júlia de. Conheça o tipiti, tecnologia indígena de uso secular na Amazônia. Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. 02 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.mamiraua.org.br/noticias/tipiti-o-que-e-artefato-indigena-amazonia> Acesso em: 07 mar. 2020.
- FORPROEX. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Brasília: MEC: SESU, 2006.
- FORPROEX. Extensão Universitária: organização e sistematização. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.
- FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: 2012.
- FORPROEXT. Contribuições para a política de extensão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Fórum de pró-reitores de extensão ou cargos equivalentes das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. 2015.
- FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GOMES, Maria Milene de Souza; SCHERER, Elenise Faria. O mundo do trabalho no cais do porto da manaus moderna: o carregador de bagagens e o trabalho precário. In: II Conferência do Desenvolvimento - II CODE/ IPEA, 2011, Brasília/DF. Anais do circuito de debates acadêmicos das ciências humanas, 2011.
- GUTIERREZ, et al. Tecnologias sociais do INPA para a Amazônia: uma visão diagnóstica. Manaus: Editora INPA, 2017.
- IFAM. Conselho Superior. Resolução Nº 35-CONSUP/IFAM de 17.12.2012: Aprova o Regulamento das Atividades de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

REFERÊNCIAS

- IFAM. Conselho Superior. Resolução Nº 16-CONSUP/IFAM de 23.03.2015: Aprova o Regulamento do Programa Institucional de Bolsas de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.
- IFAM. Manual de Extensão. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, IFAM. Manaus, 2016.
- IPHAN. Patrimônio Imaterial – AM. Página Inicial. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br> Acesso em: 14 abr. 2020
- KRZYSCZAK, Fabio Roberto. As diferentes concepções de meio ambiente e suas visões. Revista de Educação do Ideau. Vol. 11, Nº 23, Jan- Jun. 2016.
- LAZZARESCHI, Noêmia. Sociologia do trabalho. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.
- MARTINS JÚNIOR, Delcio Fernando. Rios urbanos de Manaus: Proposta teórico metodológica para gestão e regulação de recursos hídricos com base no Igarapé do Quarenta. 2018. 179 f. Dissertação (Mestrado) Universidade do Estado do Amazonas. Manaus.
- OLIVEIRA, Edilene Mafrá Mendes de. Vozes Moduladas da Floresta: A complexidade da migração das rádios amazonenses de AM para FM e suas adaptações ao ambiente da convergência tecnológica. 2017. 312 f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas.
- PACHECO, Eliezer Moreira. Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal: IFRN, 2010.
- RAMOS, Paulo Ricardo de Oliveira. Montagem da paisagem do conhecimento: uma tecnologia social apropriada para comunidades ribeirinhas amazônicas. 2018. 138f. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Processos Psicossociais). Universidade Federal do Amazonas.
- SANTOS, Miguel Carlos Damasco dos. Importância da comunicação na EAD virtual: enfoque conceitual e dialógico. Resende-RJ, 2011– AEDB.
- SEBRAE. Tecnologias sociais: como os negócios podem transformar comunidades. Cuiabá, 2017.
- SEC. Museu do Seringal Vila Paraíso. Espaços Culturais: Museus. Secretaria de Estado de Cultura. Disponível em: <https://cultura.am.gov.br> Acesso em: 20 abr. 2020.
- SEJUSC. Institucional. Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania. Disponível em: <http://www.sejusc.am.gov.br> Acesso em: 06 Maio 2020
- SEMULSP. Relatório das atividades da Semulsp janeiro a dezembro de 2019. Secretaria Municipal de Limpeza Urbana. Disponível em: <http://semulsp.manaus.am.gov.br/> Acesso em: 20 abr. 2020.
- SILVA, Fabrícia Souza da. et. al. O potencial pedagógico do museu do seringal vila paraíso para o ensino de ciências. Areté. Manaus, v.11, n.24, ago-dez. 2018.
- SILVA, Sheila Maria Garcia da. et al. A “saúde” nas comunidades focais do projeto Piatam: O etnoconhecimento e as plantas medicinais. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antônio Carlos (Org.). Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: Reggo Edições, 2011.
- SÍVERES, LUIZ. A Extensão como um Princípio de Aprendizagem. Revista Diálogos, Brasília/DF, p. 08 – 17. 2008.
- VILAÇA, Márcio Luiz Corrêa; ARAÚJO, Elaine Vasquez Ferreira de. (Org.) . Tecnologia, Sociedade e Educação na Era Digital. 1. ed. Duque de Caxias: Unigranrio, 2016.
- ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Direitos Humanos e Extensão Universitária: A Atuação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. I Congresso Nacional de Extensão, João Pessoa – PB, 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/nazarezenaide/a_pdf/nazare_univ_dhhumanos.pdf Acesso em: 12 mar. 2020.



O trabalho "Extensão no Instituto Federal do Amazonas: Pibex e as contribuições formativas" de Aline Neves Peres está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.